

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE JOVENS SOBRE A ESCOLA E SUAS
PERSPECTIVAS DE FUTURO**

**SOCIAL REPRESENTATIONS OF YOUNG PEOPLE ON THE SCHOOL AND
PROSPECTS FOR THE FUTURE**

Maria Laura Puglisi Barbosa Franco

mfranco@fcc.org.br

RESUMO: Este trabalho apresenta parte dos resultados obtidos, mediante a realização de uma investigação, cuja intenção é oferecer subsídios para um melhor entendimento da complexa realidade que envolve os 34 milhões de jovens brasileiros de 15 a 24 anos de idade, de acordo o Censo de 2000. Neste artigo focalizamos as representações sociais sobre a escola, e as expectativas sobre o futuro, elaboradas por parte de 40 alunos do ensino médio oferecido por uma escola pública da rede estadual da cidade de São Paulo. Os alunos foram convidados a responder a um questionário "reflexivo", contendo 62 questões reiterativas, para a obtenção de respostas integradas e consolidadas. Apesar do número elevado de questões, os respondentes mostraram-se bastante interessados, participativos e muito contentes em poder falar e ser ouvidos. Para a interpretação dos dados foi utilizada a análise de conteúdo, que é um procedimento utilizado para fazer inferências interpretativas a partir das características das mensagens. As mesmas indicam grande idealização da escola, como se fosse o único caminho "para ser alguém na vida". Os estudantes destacam a importância da aquisição de "conhecimentos de informática", assim como "saber falar Inglês." Aspiram continuar a estudar e obter um diploma universitário. Quanto ao futuro suas representações estão estreitamente associadas ao trabalho e às expectativas de conseguir "bons empregos" e "ser bem sucedido profissionalmente" Neste sentido, finalizamos o artigo com a análise das Representações Sociais elaboradas e expressas sobre trabalho.

Palavras Chaves: Representações Sociais, Jovens, Escola, Futuro.

ABSTRACT: This paper presents the results obtained by conducting an investigation, which is intended to provide support for better understanding of the complex reality that involves the 34 million Brazilians aged from 15 to 24 years old, according to the 2000 Census This article we focus on the social representations about the school, and expectations about the future, prepared by. 40 high school students offered by a public school in state of São Paulo. The students were asked to answer a questionnaire "reflective", containing 62 questions reiterative, to

achieve integrated responses and statements. Despite the many questions, respondents were very concerned, participatory and very pleased to be able to speak and be heard. In interpreting the data, we used content analysis, which is a procedure used to make interpretive inferences from the characteristics of messages. Results shows one idealization of large state school like the only way "to be somebody in life." Students highlight the importance of acquiring "computer literacy", and "to speak English." Aim to continue to study and obtain a university degree. As for the future their representations are closely associated with the work and expectations to get "good jobs" and "be successful professionally" In this sense, we've closed the article with the analysis of social representations elaborated and expressed about work.

Key Words: Social Representations, Young people, School, Future.

Introdução

O objeto de estudo deste trabalho elege como elemento central de investigação o jovem e apóia-se no referencial teórico das Representações Sociais.

Tendo o jovem como referência, a primeira indagação que se mostra pertinente diz respeito à categoria juventude

Do ponto de vista histórico, como diz Hebe Signorini Gonçalves, o interesse pela juventude desponta de tempos em tempos e pode ser entendido a partir de duas visões principais.

“Na visão clássica, [a juventude] é entendida como uma categoria social gerada por tensões inerentes à crise do sistema”. (GONÇALVEZ, 2005, p.56). Esta visão, acentua o conflito político, o engajamento do jovem nas lutas sociais e políticas, nos movimentos estudantis e a participação juvenil e coletiva em busca de um mundo melhor.

Paulatinamente, porém, as promessas de mudanças redentoras se tornaram falsas e a desilusão com a política foi se tornando mais acentuada. Aos poucos, solidifica-se a globalização neoliberal, no bojo da qual, as fronteiras nacionais deixaram, cada vez mais, de ser barreiras às trocas comerciais e aos fluxos de capitais. Propaga-se a competição, o individualismo e a necessidade de empreendimentos personalizados e, muitas vezes, solitários.

Surge, então, a segunda visão relacionada à busca do que seria o motor propulsor dos jovens de hoje. Motor este, que, em princípio, os levaria a procurar caminhos individualistas, para o alcance de situações concretas mais adequadas às suas aspirações. .

Outra vertente, bastante divulgada, é aquela que considera o jovem como um sujeito social em transição para a vida adulta. O que, em nosso entender, não significa descartar a indispensável necessidade de concebê-lo na categoria de ser e, não apenas, de vir a ser.

Ou seja, percebê-los somente sob a ótica da transitoriedade de sua situação, dificulta enxergá-los como sujeitos de direitos e como agentes sociais com características próprias e peculiares de uma determinada faixa etária. Com isso, abandona-se a possibilidade de recuperar os elementos básicos que constituem suas identidades e, conseqüentemente, os jovens passam a ser concebidos pelo negativo, pela ausência, ou seja, não pelo sendo, mas pelo que seriam.

No mesmo compasso das posturas que atribuem à juventude um caráter de transitoriedade, deparamo-nos com as concepções sobre juventude marcadas pela ambigüidade.

Se por um lado, mesmo quando considerados individualistas, como já discutimos, os jovens são também vistos, em muitos casos, como agentes propulsores de mudança, como indivíduos ativos, emergentes, desprovidos de preconceitos, comunicativos, amistosos, generosos e confiáveis. Por outro lado, são vistos pela ótica negativa dos problemas sociais, seja como protagonistas de uma crise de valores e de um conflito de gerações, seja como portadores de defeitos.

Enfim, qualquer que seja a definição de jovem encontrada, ela é sempre arbitrária.

Tal fato, no entanto, não tem sido considerado como um motivo suficiente para desestimular os competentes pesquisadores que se debruçam sobre o tema: juventude. Ao contrário, a literatura é vasta e a produção relevante para a compreensão da temática.

E o encaminhamento com vistas à realização de pesquisas que enfoquem as Representações Sociais de jovens do Ensino Médio, tem se tornado uma tônica presente nas propostas que visam o aprofundamento dos conhecimentos na área.

A escolha de se ter como escopo teórico as Representações Sociais é por serem elas elementos simbólicos que os indivíduos expressam mediante o uso de palavras, figuras, sons e gestos. No caso do uso de palavras, utilizando-se da linguagem oral ou escrita, os indivíduos explicitam conhecimentos, opiniões, sentimentos conscientes ou inconscientes, emoções, crenças, valores, pensamentos absorvidos pela mídia e gestados no bojo de diferentes situações culturais e sociais, expectativas objetivas ou subjetivas e assim por diante. Estas mensagens, mediadas pela linguagem, são construídas socialmente e, portanto, estão necessariamente, ancoradas no âmbito da situação concreta dos indivíduos que as emitem.

Ainda que a sua importância seja enfatizada em várias ocasiões, o estudo das Representações Sociais, não tem sido suficientemente enfatizado por parte dos educadores e tampouco pelos teóricos da psicologia tradicional, sob a falsa alegação de que “entre o que se diz” e “o que se faz” existe um abismo intransponível.

Quando falamos em Representações Sociais, partimos de outras premissas. Acreditamos que elas são elaborações mentais construídas socialmente, a partir da dinâmica que se estabelece entre a atividade psíquica do sujeito e o objeto do conhecimento, seja ele objetivo ou subjetivo, por meio da relação que se dá na prática social e histórica da humanidade e que se generaliza pela linguagem.

A ruptura com a clássica dicotomia entre sujeito e objeto do conhecimento, que confere consistência epistemológica à teoria das Representações Sociais, leva-nos a concluir que o objeto pensado e falado é, portanto, fruto da atividade humana, ou seja, uma réplica interiorizada da ação.

Nesse sentido, concordamos com Alex Leontiev, quando afirma que “as representações sociais são comportamentos em miniatura” (LEONTIEV, 2007, p.54). Por esta razão atribuímos-lhe uma virtude preditiva, uma vez que, segundo o que um indivíduo diz, não apenas podemos inferir suas concepções de mundo,

pensamentos, valores, sentimentos ou emoções, como também podemos deduzir sua orientação para a ação. Isso conduz à percepção das Representações Sociais como importantes indicadores que se refletem na prática cotidiana, tanto de professores quanto de alunos, sem contar com os demais profissionais envolvidos no exercício de suas competências, no âmbito da Psicologia Educacional.

Os dados a serem apresentados e discutidos, neste trabalho, fazem parte de uma pesquisa mais ampla, da modalidade “Estudos de Casos” para os quais foram contatados 80 jovens, de diferentes contextos sócio-econômicos, residentes na cidade de São Paulo, sendo: 20 provenientes de um Curso Profissionalizante noturno; 20 vinculados a atividades oferecidas por uma Organização Não Governamental, a EDUCAFRO, que se destinam a Afrodescendentes e Carentes; 20 provenientes de uma Escola Particular destinada a jovens de alto poder aquisitivo; 20 alunas de um Curso de Pedagogia de uma Universidade Particular da cidade de São Paulo e, 40 alunos do Ensino Médio Regular da Rede Pública, sendo 20 do período diurno e 20 do período noturno.

Neste artigo, estaremos trabalhando com os dados do Ensino Médio, da Rede Pública da Cidade de São Paulo.

Objetivos

Junto aos jovens alunos do Ensino Médio, procuramos identificar, analisar e interpretar

- suas características pessoais;
- sua origem familiar e perfil socio-econômico;
- sua inserção potencial ou efetiva no mercado de trabalho;
- suas Representações Sociais sobre a Escola e sobre as Expectativas/Aspirações Profissionais

A pesquisa

Construiu-se um questionário reflexivo, com 62 questões “fechadas” e “abertas”, para que fosse possível captar, de maneira qualificada, suas Representações Sociais.

Apesar do número elevado de questões, os estudantes mostraram-se bastante receptivos, formulando respostas bem elaboradas, demonstrando grande interesse em participar e em ter oportunidade de se expressarem e ser ouvidos.

Para a análise das respostas às questões “fechadas”, foram computadas as frequências percentuais de incidência por alternativa. Nas questões “abertas” foram utilizados os procedimentos de “análise de conteúdo” com apoio na proposta de Moscovici e Marková (2006) que distingue os procedimentos abertos dos procedimentos fechados e é coerente com nossa concepção de análise de conteúdo. “A análise de conteúdo é uma técnica para se fazer inferências, interpretativas, a partir das características da mensagem. (FRANCO,2007, p.25).

Os resultados

Dados de Caracterização

Trabalhamos com 57% de mulheres e 43% de homens. Essa tendência de maior representatividade do sexo feminino no ensino médio já foi retratada em estudos anteriores¹ com relação à totalidade dos alunos deste nível de escolaridade no Brasil, no qual desde a década de 80 este aspecto vem sendo notado. Dados da Unesco² relativos ao ensino secundário na América Latina mostram que as matrículas femininas representam mais da metade do total de alunos, sugerindo que a escolarização masculina vem encontrando obstáculos dos mais diversos. Muitos autores chamam a atenção para a possibilidade de que a cultura escolar possa estar favorecendo a permanência das meninas na escola,

¹ ZIBAS, Dagmar, FRANCO, M. L. P. B. *O ensino médio no Brasil neste final do século: uma análise de indicadores*. Textos FCC 18/99, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2001

² UNESCO. Rapport mondial sur l'éducation. UNESCO/ Le Monde. Paris, mar 2002

exigindo comportamentos mais próximos dos padrões de socialização das mulheres. Por outro lado, comumente há maior pressão, por parte da família, para que o filho ingresse mais cedo do que a menina no mercado de trabalho, o que acarretaria, entre os meninos, maior atraso na escolaridade ou aumento da evasão escolar. Em consequência, o sexo masculino tende a ter uma maior representatividade no período noturno.

Essa tendência foi igualmente constatada nos dados desse estudo, uma vez que se observou a presença de 58% de meninos freqüentando o período noturno e 67% de meninas estudando no período diurno.

- **Escolaridade dos Pais e das Mães.**

Para a análise da escolaridade dos pais, escolhemos trabalhar em duas dimensões: uma que diz respeito à escolaridade do pai e outra que se refere à escolaridade da mãe.

Em relação ao nível de escolaridade do pai, as respostas sinalizam, desde “**não tem nenhuma**” (3%) até nível Superior completo (13%). Além desses extremos, as maiores porcentagens referem-se ao Ensino Fundamental incompleto com 29% de ocorrência. O Ensino Fundamental completo registra 19% dos casos e permanece muito próximo à conclusão do Ensino Médio com 14% de freqüência.

Quanto à escolaridade da mãe, observamos uma tendência muito parecida àquela registrada para a escolaridade do pai. Ou seja, atestam que em 3% dos casos a mãe não tem “**nenhuma escolaridade**” e apenas 9% concluíram o Ensino Superior. Da mesma forma, as maiores porcentagens concentram-se no Ensino Fundamental incompleto, em torno de 30%. A realização do Ensino Fundamental completo registra 19% de freqüência e o Ensino Médio 16%.

Tendo em vista a baixa escolaridade dos pais e a constatação de que se encontram em um patamar menos elevado de que seus filhos, vejamos com esta escolaridade está (ou não) relacionada à situação ocupacional dos mesmos.

- **Ocupação principal dos pais e das mães.**

Quanto à ocupação do pai, constatamos que a maior concentração (27%) incide em profissões técnicas do tipo: metalúrgicos, bancários, digitadores, funcionários públicos e analistas de sistema. Em 18,5% dos casos, observa-se a ocupação em serviços de manutenção como faxineiros, porteiros, encanadores e pintores. Em cargos de chefia como “chefes do setor, ou “gerentes” encontramos 10% de incidência.

É importante observar que embora 13% dos pais tenham concluído o Ensino Superior, apenas 6,5% exercem funções que exigem um diploma universitário e, neste caso, são advogados, engenheiros, promotores e dentistas.

Em relação à ocupação principal da mãe, observamos uma expressiva concentração (20%) em serviços ditos de manutenção como: empregada doméstica, faxineira, babá e cozinheira. Algumas (14%) ocupam-se de serviços destinados ao atendimento público: recepcionistas, balconistas, e telefonistas. Em menor quantidade (9%), inserem-se aquelas que desempenham funções que implicam a realização de um curso profissionalizante como secretárias, costureiras, auxiliares de enfermagem e digitadoras. Menor ainda é a porcentagem (3%) daquela que exercem funções relacionadas à obtenção de títulos universitários de advogadas e dentistas.

No que se refere à inserção da mulher no mercado de trabalho e mesmo levando em conta que estes dados são mais promissores quando comparados àqueles obtidos junto a populações de escolas públicas situadas nas periferias urbanas, gostaríamos de comentar o seguinte: apesar da pressão que vem sendo imposta, cada vez mais, para que a mulher contribua para o orçamento familiar, ainda constatamos no conjunto de nossa amostra a presença de 45% de mulheres não inseridas no mercado de trabalho e denominadas por parte de seus filhos como “do lar”, ou “dona de casa”.

- **Situação ocupacional dos alunos e expectativas a este respeito.**

Da totalidade dos alunos pesquisados, 70% declaram que não contam com qualquer tipo de atividade remunerada no momento, embora 50% destes afirmam que estão em busca de um emprego, seja ele qual for!

Como era de se esperar, a proporção dos estudantes trabalhadores é sensivelmente maior (53%) dentre aqueles que freqüentam o período noturno do que os que estão no diurno (13%).

A situação ocupacional dos que estão inseridos no mercado de trabalho pode ser assim caracterizada : 54% desempenham funções na área de “serviços” como copeiros, mensageiros, pacoteiros, etc; 40% trabalham no setor de ‘atendimento” como balconistas, secretárias, e recepcionistas; 6% são autônomos e oferecem serviços de faxineiros, jardinagem e colocador de azulejos.

Cabe ressaltar que em 40% dos casos a jornada de trabalho é pesada, ultrapassando 40 horas semanais. Além disso, mesmo aqueles que estão empregados em empresas ou similares, 54% não possuem Carteira Profissional de Trabalho e, todos, em geral, contam com uma remuneração salarial muito baixa, já que seus rendimentos não chegam a ultrapassar dois salários mínimos.

Apesar dos exíguos salários recebidos, 30% dos que trabalham ajudam nas despesas da casa além de arcar com seus gastos pessoais; 11% utilizam sua remuneração apenas para seu sustento, sem contar com a ajuda familiar; e, 41% encontram-se em uma situação mais “privilegiada”, pois, além de seus salários, podem contar com a ajuda dos pais , embora “**pequena**” no dizer dos respondentes.

Dado que 50% dos estudantes que estão em busca de emprego e justificam esta providência tendo em vista a urgência de “**satisfazer necessidades imediatas**”, como por exemplo, “**complementar a renda pessoal ou familiar**” podemos inferir que a crise de desemprego, com a qual convivemos, incide em parte do conjunto de nossa amostra, cujas famílias que se encontram em situação econômica precária não têm condições de prescindir de uma remuneração adicional por parte dos filhos, ainda que os mesmos estejam em idade escolar.

Representações Sociais

- **Sobre a Escola**

As representações sociais que os alunos de nossa amostra desenvolvem acerca da escola não diferem muito daquelas já constatadas em estudos anteriores e que, inclusive referem-se a outro nível de escolaridade.³

Somando aqueles que declaram o motivo para cursar o Ensino Médio observamos em 50% dos casos a crença de que a escola lhes possibilitaria melhores oportunidades de **“ser alguém na vida”** ou **“ingressar no mercado de trabalho”**. Almejar o ingresso no Ensino Superior também foi motivo apontado por 37% dos respondentes e apenas 6% declaram que estão na escola **“porque foram obrigados”** ou por **“insistência dos pais”**

Ingressar no Ensino Superior mostrou-se como uma expectativa mais presente entre os alunos que cursam o período diurno (45%). Já, junto aos estudantes trabalhadores ou em busca de emprego e que estão no período noturno, a representação desenvolvida acerca da escola está diretamente relacionada à possibilidade de **“ascensão social”, “ser alguém na vida”, “ter um futuro melhor”**. (48% dos casos)

Estes jovens que freqüentam escolas de Ensino Médio que poderiam ser consideradas “de ponta” no âmbito das instituições escolares de São Paulo, desenvolvem as mesmas representações positivas acerca da escola se comparadas às elaboradas por outros alunos mais carentes que buscam melhores condições de sobrevivência a partir da educação e da escolaridade a ser adquirida.

Adicionalmente, se considerarmos a condição dos estudantes trabalhadores que fazem parte de nossa amostra, que foram capazes de superar todos os obstáculos para permanecer na escola nos patamares iniciais de escolarização e que conseguiram chegar ao Ensino Médio (ainda que no período noturno para poder conciliar escola e trabalho), é fácil entender a representação idealizada que

³ Ver, FRANCO, Maria Laura e MENEZES, Maria Salete **“Alunos de 8ª série de Escolas Estaduais do Município de São Paulo: quem são e o que pensam”**, mimeo, julho de 2000

desenvolvem acerca da escola enquanto instituição promotora de “**melhores condições de vida**” e de “**ascensão social**”.

Os que assim se expressam são jovens que, desprovidos dos mecanismos “clientelistas” para inserção no mercado de trabalho, ou impossibilitados de arcar com os ônus necessários para a busca de alternativas ligadas ao desenvolvimento profissional autônomo de qualidade, depositam na escola e na educação a única esperança de conseguir um “status” social mais reconhecido e empregos mais qualificados.

Sabemos que a maioria das escolas deixa muito a desejar no que diz respeito a seu compromisso com a formação integral de criança, jovens e adultos. Fato que não pode ser considerado como uma deficiência exclusiva do Ensino Público e gratuito. Muitas escolas particulares, vendendo caro o fetiche que incorporam, são, igualmente questionáveis quando a tarefa é avaliar a qualidade do ensino que oferecem. No entanto, é preciso levar em conta que bem ou mal esta escola que está aí e que está sendo oferecida, é sempre vista a partir de uma perspectiva positiva e de primordial importância, principalmente, por parte das camadas menos privilegiadas da população.

Em específico no que se refere ao Ensino Médio, a essa demanda acresce-se uma forte reivindicação direcionada ao aumento da oferta de Cursos Profissionalizantes. Seus demandatários representam a escolarização como uma espécie de capital, ou como um investimento necessário para a conquista de uma força de trabalho mais qualificada e melhor remunerada.

É certo que aspiram, também, prosseguir os estudos nas universidades (já que conseguiram chegar tão perto delas), mas, a representação acerca do que “para que serve a escola?” continua incorporando outro tipo de expectativas. Desde (23%) que dizem, “**para fazer amigos e conviver com pessoas**”; e 22,2% que afirmam “**com exceção da vida social não gosto da escola**” e expressam seu descontentamento devido à “**enfadonha dinâmica de algumas aulas**” (23%)

No âmago da representação que confere à escola o poder de possibilitar a conquista de um “status” social mais privilegiado, além das condições concretas e

objetivas dos envolvidos, é importante considerar o papel que se procura atribuir, hoje, à educação elevando-a à condição de promotora de crescimento econômico e social.

Embora, passados os tempos da exaltação da teoria do “capital humano” convivemos, atualmente, com um retomada desta mesma teoria, porém acrescida de elementos compatíveis com uma visão de “modernidade” e de globalização.

Inicia-se, neste momento, a sinalização de que a incorporação e difusão do avanço tecnológico viria constituir fator fundamental para que a América Latina e, em especial, o Brasil, alcançasse uma inserção bem sucedida na economia mundial. Para tal, seria preciso enfrentar uma crescente competitividade que, quando relacionada às inovações na Ciência e na Tecnologia, supõe contar com recursos humanos bem preparados e com capacidade de agregar, progressivamente, os valores intelectuais, visando não só preservá-los como enriquecê-los. Além de recursos humanos bem preparados do ponto de vista de aquisição de conteúdos disponíveis nas diferentes áreas do conhecimento, os discursos atuais vinculam a idéia de que é indispensável compatibilizar a educação com inovações tecnológicas, com os novos meios de comunicação e com a informática.

Se considerarmos que os estudantes que compõe nossa amostra estão convencidos deste discurso, a partir do qual muitas representações sociais acabam sendo elaboradas e passam a se constituir em efetivos dispositivos de “orientação para a ação”, fica fácil entender porque afirmam que a escola é indispensável “**para ser alguém na vida**”. E, mais, porque procuram realizar cursos paralelos fora da escola que os possibilite adquirir competências no domínio da “**informática**” (30%), no correto “**acesso à internet**” (52%), no “**efetivo uso do computador**” (56%) e na “**proficiência em línguas estrangeiras**” (22%) . Em especial “saber falar Inglês”.

No entanto, neste contexto, duas dimensões devem ser consideradas. Por um lado, sabemos que o avanço tecnológico depende de relações de forças econômicas e políticas e que a educação tecnológica, sozinha, não pode ser vista como panacéia para todos os males, nem mesmo como o elemento capaz de

resolver o problema da inserção bem sucedida do Brasil, no cenário internacional. Admitir este fato seria endossar, acriticamente, o discurso do fetiche tecnológico! Por outro lado, é preciso reconhecer que a educação é um fator importante e necessário (embora não suficiente) para o desenvolvimento. Sendo assim, deve sofrer transformações profundas, tornando-se mais ampla e variada do que a vigente, de modo a contribuir para o crescimento dos países emergentes.

Daí, e frente às representações que nossos participantes desenvolvem sobre a escola, ousamos sugerir aos dirigentes, professores e responsáveis pelos alunos que fizeram parte desta pesquisa e que muito contribuíram para o êxito de sua realização, que compartilhem conosco de algumas reflexões.

Acreditamos, sim, que a escola deve preparar o aluno para o mercado de trabalho e para ser capaz de enfrentar os desafios que se colocam, hoje, no bojo de uma economia globalizada, competitiva, recessiva e em crise. Sabemos que esta não é uma tarefa fácil! Mas, para responder aos alunos que idealizam a escola **“como a única possibilidade de ser alguém na vida”**, algumas questões devem ser levantadas.

A partir do conjunto de dados analisados (e agora agrupados) fica claro que **“o desejo de uma satisfatória realização profissional”** e de poder **“continuar estudando”** estão suficientemente incorporados nas “falas” dos alunos investigados. Porém, é preciso ressaltar a presença de 15% dos estudantes do período noturno que embora admitam que gostariam de cursar o Ensino Superior e continuar estudando, apontam as dificuldades financeiras que se antepõem às suas expectativas de ingressar na Universidade.

Portanto, torna-se necessário estabelecer os limites e as possibilidades da instituição escolar (vista como promotora linear e imediata de ascensão social) e explicitar junto aos alunos os inúmeros obstáculos contextuais e conjunturais que concretamente dificultam o alcance de determinadas metas e de alguns objetivos específicos. Metas e objetivos que, com certeza, encontram-se delineados no ideário de **“quem quer ser alguém na vida”**

Daí, a importância de se articular a reconstrução do “saber escolar” com os elementos da subjetividade e da iniciativa particular. Trata-se, pois, de reconhecer

que é central verificar em que medida se harmoniza, no cidadão, o sujeito social com o sujeito do conhecimento, apto a enfrentar problemas relacionados às estratégias de sobrevivência, bem como a dar respostas e/ou encaminhar soluções a problemas vinculados à inserção na comunidade mais ampla e no mercado de trabalho. Cabe, assim, articular escola e vida cotidiana, de modo que os conhecimentos de um campo possam estar a serviço do outro, ambos promovendo a formação de um cidadão consciente, historicamente situado, engajado nos problemas de seu tempo, dinâmico e participativo: meta última da escola!

- **Sobre as perspectivas de futuro**

As representações sociais sobre as perspectivas de futuro dos jovens pesquisados estão diretamente relacionadas ao mundo do trabalho e à continuidade dos estudos. Neste sentido, vejamos as R.S. sobre trabalho.

No que diz respeito às representações sociais sobre o trabalho, os respondentes parecem absorver o discurso ideológico (com evidente inculcação religiosa ou moralista cristã) que dissimula a realidade e permanece no nível de sua idealização abstrata. Assim, é que 36% dos indagados representam o trabalho como **“uma atividade que dignifica o homem”**; **“que é um aspecto necessário para o crescimento individual e social”**; **“que é uma obrigação social”**; e, **“que é uma forma de aprendizagem”**.

Outros, mais pragmáticos (30%) definem o trabalho como **“uma atividade remunerada que garante a sobrevivência”**. Na mesma vertente, porém menos imediatista, 8% acreditam que o trabalho **“é um meio de ascensão social”**.

Por outro lado, apesar da representação idealizada sobre o trabalho, e, principalmente, dentre os estudantes trabalhadores seus aspectos vistos como “negativos” foram destacados. Pudemos constatar que 65% dos alunos que estão trabalhando, apontam os condicionantes relacionados à exploração, à sobrecarga e à má remuneração. Fatores que, sem dúvida, podem transformar o trabalho enfrentado em uma situação minimamente aversiva. São muitas as dificuldades explicitadas: **“as tarefas executadas são exaustivas”** (31%); **“existem**

dificuldades de relacionamento com os colegas e com os clientes” (28%); “o salário recebido é muito baixo e não garante sequer a sobrevivência” (15%); “o trabalho é rotineiro o que me dá um sentimento de monotonia e solidão” (12,5%); “não existe valorização pessoal pelo trabalho que desenvolvemos” (9%).

Desconhecendo muitos dos determinantes estruturais e conjunturais que poderiam fornecer explicações para o melhor entendimento acerca das desigualdades que se instalam na sociedade e no circuito das relações de trabalho, 22% dos alunos quando convidados a responder “porque uns ganham mais do que os outros?” parecem acreditar que as desigualdades são “naturais” ou congênicas e, portanto, devemos aceitá-las até com uma certa dose de conformismo... **“porque são mais bem dotados”** ou **“porque tem mais capacidade para a coisa”**. Sabemos que nem sempre isto é verdade se levarmos em conta a estrutura clientelista e os mecanismos de “apadrinhamento” que, muitas vezes perpassam as relações de produção e as condições empregatícias.

O que não se observa na “fala” dos jovens pesquisados, é a percepção de que o trabalho é uma atividade essencialmente humana e que situações desiguais (estruturais ou conjunturais) do mundo concreto são e foram historicamente produzidas pelos homens e, portanto, só podem ser superadas pelos próprios homens que as produziram.

Esta representação a-histórica da realidade concreta acerca da totalidade social e frente ao mundo do trabalho, nos leva a considerar os desafios com os quais nos deparamos quando a tarefa é rever o Ensino Médio.

Evidentemente, é necessário preparar o estudante para enfrentar o mundo do trabalho, não apenas devido às dificuldades que estão a cada dia se avolumando, como também porque grande parte desses jovens já está inserida no mercado com um nível de qualificação e de remuneração que deixam muito a desejar.

Se, há pouco tempo atrás o diploma do antigo 2º grau poderia ser considerado como uma credencial promissora para o ingresso no mercado de

trabalho, mesmo que fosse em profissões não qualificadas, hoje, já não basta! Diante da recessão, do desemprego e da crise estrutural, um diploma de Ensino Superior passa a ser requisito altamente valorizado em situações de concorrência e nos processos de seleção para o mercado. E, dependendo da sofisticação de algumas profissões isto também não se configura como condição suficiente. Por isso, podemos entender a proliferação de cursos de pós-graduação e a quantidade, cada vez maior, daqueles que os procuram.

Portanto, reiteramos a importância de preparar os alunos no sentido de capacitá-los a compreender as regras de produção do mundo capitalista para que dele possam compartilhar, com sua força de trabalho, e para que possam também desenvolver formas de organização junto aos demais trabalhadores, especialmente considerando nossa condição de dependência econômica e cultural.

Finalizando, diríamos que enquanto a escola não assumir para si a formação de jovens competentes, informados e conscientes, pouco estará colaborando para a necessária ruptura da alienação e da incorporação acrítica de modelos criados em outras instâncias e inadequados à nossa realidade. Em suma, se distante do entendimento dos graves problemas que nos afligem, a escola provavelmente estará incorporando propostas irrealistas, egocêntricas e alienadas, que de descritivas passam a ser normativas!

MARIA LAURA PUGLISI BARBOSA FRANCO

Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Sedes Sapientiae (1960), mestrado em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1977) e doutorado em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1981). Atualmente é Docente Titular do Centro Universitário FIEO. Trabalhou como pesquisadora na Fundação Carlos Chagas, Colaboradora do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, membro do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Psicologia Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino médio, avaliação educacional, políticas educacionais, qualidade de ensino e representações sociais.

REFERÊNCIAS

FRANCO. M.L.P.B. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Brasília, DF: Líber, Brasília, 2007.

GONÇALVEZ, H. M. **Juventude Brasileira, entre a tradição e a modernidade**, in Revista de Sociologia da USP, Tempo Social, vol. 17, nº.2, São Paulo, 2005.

LEONTIEV A. **O Desenvolvimento do Psiquismo**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

Moscovici, S.,Marková I. **The Making of Modern Social Psychology Cambridge**. U.S.A. 2006.